

As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Porto Velho

O Quilombo de Porto Velho está localizado nos municípios paulistas de Iporanga e de Itaoca, no Vale do Rio Ribeira, divisa entre os estados de São Paulo e Paraná. É formado por cerca de 80 pessoas, que reivindicam a titulação de seu território tradicional, delimitado em 958,29 hectares pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Centenário, o quilombo foi registrado oficialmente em 1908, quando a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo o identificou como *Bazílio* na “Planta do Rio Ribeira de Iguape e seus Afluentes”.

Trata-se de uma referência a Basílio de Oliveira Rosa, reconhecido pelos quilombolas de Porto Velho como seu ancestral comum e o fundador do quilombo. No início do século 20, ele era o chefe de



uma extensa família conhecida pelas demais comunidades da região como *Basilhada*. Descendente de ex-escravizados da família Roza, Basílio valeu-se dos saberes tradicionais de seus pais para organizar uma forma de vida camponesa no território que seus parentes já ocupavam havia décadas.

Conforme o sr. Antônio Corimba, do vizinho Quilombo de Praia Grande, seu pai e sua tia costumavam referir-se a Basílio como *quilombata* em situações descontraídas. “Quilombo eu acho que seja uma lei que favorece aquelas pessoas que foram dessas nações de escravos, né?”, diz o sr. José de Oliveira Rosa, um dos filhos de Basílio. “Nós somos uma nação de escravos porque somos remanescentes daquela gente passada. Meu pai nasceu e morreu neste lugar com 80 e poucos anos, assim como minha mãe.”

O nome do quilombo se deve ao fato de o local ter sido usado desde o século 18 para o transporte de mercadorias e escravizados por meio de canoas pelo Rio Ribeira. Como as canoas não podiam prosseguir viagem devido às cachoeiras do rio, tinham de parar em Porto Velho, de onde se seguia viagem a pé ou no lombo de cavalos e burros até as regiões de Apiaí e Sorocaba. Uma situação que perdurou até as primeiras décadas do século 20, como lembram os moradores mais velhos de Porto Velho: “Meu pai carregava canoa de mantimentos até Iguape e ia vendendo rio abaixo”, conta o sr. Paulino.



“Carregava a canoa novamente em Iguape e voltava de novo. Demorava uns 20 dias. Ele trabalhava de *camarada* (peão do dono da tropa). Para Apiaí e Itapeva, ia por terra no lombo do burro. Morreu aqui com 84 anos.”

A história de resistência do Quilombo de Porto Velho contou, como em outros casos, com o apoio de pastorais sociais da Igreja Católica. **A Capela de São Sebastião, um dos símbolos da luta quilombola, foi reconstruída após ter sido destruída a mando de um fazendeiro. A comunidade mantém as ruínas da antiga igreja como símbolo de décadas de exploração e de conflitos fundiários por que passou.** Hoje, com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA), o quilombo integra uma rede de cultivo sustentável junto com outras comunidades do Vale do Ribeira.

Breve história

Em meados do século 18, Manoel da Roza Luiz era chefe de uma das famílias mais ricas da cidade de Apiaí e um dos maiores proprietários de terras e de escravizados do Vale do Ribeira. Como de costume na época, depois de sua morte, provavelmente em 1783, seus filhos, Escolástico, José, Antonio e Anna, repartiram entre si seus escravizados e suas terras. Décadas mais tarde, com a morte de Dona Anna de Oliveira Roza, sua sobrinha Dona Martinha Dias Batista herdaria parte das terras e dos escravizados, sendo sua propriedade denominada Porto, conforme o Registro de Terras de 1850. Genro de Dona Anna, João Dias Duarte também herdaria terras e escravizados, mas não chegaria a tomar posse deles. Com isso, os escravizados legados a ele por Dona Anna passaram a viver de modo independente, sustentando-se com o próprio trabalho. Anos depois, com a morte de Dona Martinha, ainda na primeira metade do século 19, mais uma vez seus herdeiros dividiram entre si terras e escravizados, mas alguns destes foram alforriados. Tendo optado por permanecer na localidade, geralmente viviam como agregados. Desses ex-escravizados, descendem os quilombolas de Porto Velho.



Quilombolas de Porto Velho

Apesar das sucessivas divisões de terras e de escravizados da família Roza, os laços familiares dos escravizados não se romperam, já que houve ajustes tanto por parte dos herdeiros de Manoel da Roza Luiz quanto dos próprios escravizados para que grupos familiares continuassem juntos. Mantida essa proximidade entre os vários plantéis da família Roza nas localidades de Córrego dos Monos, Dourada, Anta Gorda, Mamonas e Porto Velho, **os escravizados que conquistavam a alforria continuavam vivendo e trabalhando na região, com o intuito de comprar a liberdade dos parentes e adquirir um pedaço de terra para morar e para plantar. Tendo conseguido o que queriam, muitos desses libertos constituíram núcleos comunitários por todo o Vale do Ribeira, como o de Nhunguara, Bombas, São Pedro, Praia Grande e Porto Velho, que no fim do século 20 e início do século 21 seriam oficialmente reconhecidos como quilombos.**

Fator importante para a proliferação de comunidades quilombolas na região de Iporanga e de Itaoca foi a decadência da atividade mineradora no Vale do Ribeira no início do século 19. Sem muitas perspectivas econômicas, alguns dos fazendeiros da localidade doaram ou simplesmente abandonaram suas terras, além de libertar a mão de

obra escravizada. Sem senhores, os ex-escravizados assumiram as terras em que já trabalhavam e nelas também constituíram núcleos comunitários. Entre os descendentes desses ex-escravizados, Antônio de Oliveira Roza, de Córrego dos Monos, e Maria Rufina, de Porto Velho/Dourada, casaram-se na segunda metade do século 19 e, em 1887, tiveram por filho Basílio de Oliveira Rosa.

A comunidade fundada por Basílio manteve-se autônoma até meados do século 20, subsistindo com suas plantações de arroz, feijão, mandioca, milho e cana-de-açúcar, com a qual os quilombolas faziam o melaço que vendiam em Apiaí e no Paraná. Para complementar sua renda, eles também trabalhavam como *camaradas* ou como *jornaleiros* – diaristas que eram pagos pelo fazendeiro contratante por uma jornada de trabalho. No entanto, com a chegada de grileiros  região nas décadas de 1940 e 1950, os quilombolas de Porto Velho, assim como os quilombolas das dezenas de comunidades vizinhas, foram expropriados de boa parte seu território tradicional e viram-se obrigados a trabalhar para terceiros, ora como diaristas, ora como mensalistas, ora como agregados, perdendo assim sua autonomia.

Com o intuito de comprovar que eram donos de terras, os grileiros apresentavam documentos de autenticidade duvidosa, que os moradores de Porto Velho não entendiam porque não sabiam ler, tornando-se por isso alvo fácil dos expropriadores. Além disso, como não possuíam a documentao referente às terras que herdaram de seus antepassados, os quilombolas por décadas não puderam reivindicá-las.

Conforme relatam os moradores mais antigos de Porto Velho, os fazendeiros firmavam com os quilombolas contratos verbais, permitindo-lhes continuar morando em suas casas, desde que trabalhassem para eles como empregados ou agregados e dessem para eles uma parte de sua produo. Também exigiam que trabalhassem alguns dias da semana nas roças deles. Num esforço para permanecer nas terras onde seus antepassados tinham nascido, vivido e estavam enterrados, os quilombolas sujeitaram-se por décadas a essas relaoes de explorao.

História de um conflito – novo cativo

Em meados do século 20, os quilombolas passaram a trabalhar para um fazendeiro paranaense. Chegou a Iporanga nos anos 1950 dizendo-se o proprietário de uma grande extensão de terras na localidade que alegava ter herdado de seu bisavô, apesar de nunca ter apresentado documentos que comprovasse isso. Tendo expropriado as terras dos moradores de Porto Velho, o fazendeiro logo os convidou a trabalhar para ele como agregados. Pressionados, os quilombolas não tiveram alternativa e acabaram se submetendo ao fazendeiro, para o qual começaram a plantar cana-de-açúcar para a produção de melaço.

O fazendeiro pagava aos empregados como e quanto queria, sem negociar o valor da venda do melaço. Sem saber ler e escrever, eles eram constrangidos a assinar documentos a mando do fazendeiro em detrimento dos próprios interesses. Obrigados a trabalhar de sol a sol por um salário miserável, sem direito a folga nem aos domingos, os quilombolas mal tinham tempo de se alimentar. Mesmo grávidas, as mulheres tinham de ajudar na roça, assim como as crianças, que não podiam frequentar escolas. **Referindo-se a esses anos como o período em que foram feitos cativos, os quilombolas mais velhos revelam a estratégia adotada pelo fazendeiro, a mesma de outros da região, de utilizar o conhecido sistema de caderneta, em que o trabalhador ficava preso ao empregador por meio de uma dívida comercial.** O valor dos bens de consumo adquiridos ao longo do mês era descontado de seu pagamento. Dado que o fazendeiro tinha controle dos preços, a dívida era praticamente impossível de quitar, o que instituiu uma escravidão pela dívida.

Essa situação perdurou por décadas e só começou a mudar nos anos 1980, quando o Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), que atuava na região informando as pessoas sobre os riscos da construção das barragens do Funil e de Tijuco Alto, no Rio Ribeira de Iguape, e grupos progressistas da Igreja Católica passaram a apoiar os quilombolas do Vale do Ribeira, entre os quais os de Porto

Velho. Sob o risco de perder as terras que expropriou de seus empregados, o fazendeiro começou então a pressioná-los a abandonar o lugar, utilizando-se para isso de todo tipo de artifício.

Em 1997, por exemplo, com a enchente do Rio Ribeira, várias casas em Iporanga foram destruídas, mas o fazendeiro, assim como outros da região, proibiu que fossem reconstruídas, forçando os quilombolas de Porto Velho a se mudar para as cidades vizinhas em busca de emprego e de moradia. Como resultado dessa manobra, no início dos anos 2000 apenas nove famílias ainda viviam em Porto Velho, onde antes, segundo os próprios quilombolas, viviam mais de 30. Dessas nove, apenas três tinham algum espaço para criar animais e plantar alimentos para consumo próprio, além da mandioca com que fabricavam a farinha que vendiam em Iporanga e Itaoca.

Tendo falhado em expulsar todos os quilombolas ao proibi-los de reconstruir suas casas depois da enchente do Ribeira, em outubro de 2002, o fazendeiro ameaçou os poucos remanescentes dizendo que soltaria gado nas roças deles, destruindo suas plantações de feijão, mandioca e milho, das quais dependiam para subsistir. E mais: disse-lhes que o processo de usucapião a que havia dado entrada na Justiça tinha sido julgado a seu favor, o que os obrigaria a abandonar de vez suas casas. Essa informação, no entanto, era falsa, pois o fazendeiro não obteve nenhuma decisão favorável nessa ação judicial.

No mês seguinte, o fazendeiro decidiu fazer um mutirão com alguns de seus empregados para erguer uma cerca impedindo os quilombolas de ter acesso às roças deles. Em janeiro de 2003, o fazendeiro cumpriu as ameaças e soltou o gado nas roças dos quilombolas. Pouco depois, cercou o acesso deles à capela da comunidade, consagrada a São Sebastião, e soltou os animais de criação do sr. Esperidião dos Santos e do sr. Campolim Pires da Silva. Não satisfeito, em 22 de junho de 2003, com o apoio de familiares, o fazendeiro derrubou a capela da comunidade, alegando que os quilombolas haviam destruído uma de suas cercas.

Essa agressão revoltou as famílias de Porto Velho, que imediatamente acionaram a polícia local e a Polícia Federal. Como resultado



da pressão dos quilombolas, agilizou-se uma ação que já corria na Justiça contra o fazendeiro, e eles conseguiram uma liminar que lhes destinava 72 hectares de terras. Inconformado, o fazendeiro passou então a questionar em órgãos oficiais a identidade quilombola dos moradores de Porto Velho, tendo inclusive enviado uma carta ao Itesp alegando que na região não existiam fazendas de escravos em séculos passados, apenas comunidades indígenas.

Memória e identidade quilombola

Apesar do intenso processo de expropriação que sofreram em toda a segunda metade do século 20, os moradores de Porto Velho mantêm vivos os costumes que herdaram de seus pais, sobretudo no trato com a terra e com os animais de criação. Entre esses costumes, destaca-se a agricultura de coivara, técnica agrícola tradicional que se caracteriza pela itinerância dos roçados. As *capoavas* – áreas de roça localizadas a certa distância das moradias – são abertas por meio da derrubada e da queimada da mata. Essas áreas são, então, cultivadas por até três anos e, em seguida, abandonadas por cerca de cinco anos. Nesse meio-tempo, uma vegetação pioneira vai surgindo – a chamada *capoeirinha* – até que a mata se restabeleça. Esse tempo de pousio é necessário para que a área se torne novamente apta para um novo roçado. Além de técnica agrícola, a coivara é essencial na história da comunidade porque os quilombolas nunca tiveram documentos de posse e jamais se referiam às terras como “propriedade” ou “fazenda”. Diziam

que “tal capoava era de fulano”, pois havia sido aberta e trabalhada por aquela pessoa. Assim, na comunidade, a posse e uso da terra sempre estiveram associados ao trabalho, não a um documento.

Católicos, os quilombolas de Porto Velho são devotos de São Sebastião, o protetor dos desamparados. Em 20 de janeiro, a comunidade celebra o dia desse santo com uma festa junto à capela a ele consagrada. Também são devotos de São Gonçalo de Amarantes, padroeiro dos violeiros e santo protetor contra as enchentes e enfermidades, além de ser casamenteiro. Pagam as graças alcançadas por intermédio do santo com a romaria ou a dança de São Gonçalo. A romaria é realizada no maior cômodo da casa, onde os móveis são retirados para a presença sublime do altar, enfeitado com balões, flores e bandeirinhas coloridas. Para animá-la ainda mais, a romaria conta com um mestre de cerimônias e um contramestre, que cantam e tocam viola. Famosos, os mestres de romaria de Porto Velho são convidados a celebrar em eventos até mesmo fora do estado de São Paulo.

Além de momento de fé e de devoção, as festas religiosas de Porto Velho são fundamentais para a socialização dos quilombolas. Guardiões da memória da comunidade, os mais velhos têm nessas festas oportunidade privilegiada de reforçar os laços do grupo, revelando aos mais jovens as alegrias e os percalços na trajetória da Basilhada. Entre esses guardiões, sobressai o sr. José de Oliveira Rosa, que ressaltou: “Gostamos deste lugar porque nosso pai trabalhava naquele cativoiro, baldeando carga para lá. Mesmo há pouco, nós mesmos estávamos trabalhando como escravos e não sabíamos. A Igreja abriu nossos olhos e agora os fazendeiros estão vendo isso e querem nos expulsar”. Não por acaso, o fazendeiro mandou derrubar a Capela de São Sebastião, mas os quilombolas a reconstruíram.



Capela de Porto Velho, que foi destruída em junho de 2003

Porto Velho no século 21

Cada vez mais fortalecidos, os quilombolas fundaram em 31 de agosto de 2001 a Associação dos Remanescentes de Quilombo de Porto Velho, apoiados pelo Moab e pela Igreja Católica. A iniciativa não foi bem recebida pelo fazendeiro, que no fim de 2002 cercou o canal comunitário que os quilombolas haviam plantado com o intuito de arrecadar dinheiro para pagar os custos do registro da associação e soltou gado nele, destruindo-o completamente. Novamente não desanimaram com mais esse ato de violência. Ao contrário, os quilombolas não desistiram da associação e se uniram ainda mais na luta por seus direitos.

A mobilização dos moradores de Porto Velho teve vários resultados positivos. Em 2013 a comunidade já contava com 24 famílias residindo no território quilombola. Todas as moradias contam com fornecimento de energia elétrica e a maior parte delas está localizada ao longo da estrada municipal que corta o quilombo. É comum a prática do mutirão para construção das casas na comunidade. Uma escola de ensino fundamental foi inaugurada na localidade e, para as crianças prosseguirem com os estudos, a Prefeitura de Itaoca disponibiliza transporte para elas até o Bairro Pavão. Além disso, a comunidade conseguiu a instalação de um posto de saúde, onde são distribuídos remédios e realizados atendimentos duas vezes por mês por um médico e dois enfermeiros.



Em relação às atividades produtivas, os quilombolas de Porto Velho avançaram a passos largos nos últimos anos, tendo diversificado e aumentado significativamente suas fontes de renda. Apoiados pela Igreja Católica e pelo Itesp, eles iniciaram em 2003 a produção de mel. Em 2006, os quilombolas começaram a criar porcos, com o objetivo de aumentar o consumo de carne suína na comunidade e gerar renda. A criação já passa de 20 cabeças e 20 pessoas estão diretamente envolvidas nessa atividade. Outro importante projeto é o pomar e a horta comunitária. Iniciado em 2004, o plantio de verduras tem por objetivo melhorar a qualidade da alimentação das famílias de Porto Velho e gerar renda, sendo vendida mais da metade da produção em Iporanga e em Itaoca.

Atualmente existem no Porto Velho diversos cultivos de roças em áreas familiares e em espaços de produção coletiva, que são geridos pela associação quilombola. A maior parte das famílias participa da roça comunitária e a mão de obra é organizada por mutirão (também conhecido como *puxirão*), quando necessário, e por trabalho semanal dividido igualmente entre os membros do grupo. A produção agrícola do quilombo é destinada para consumo próprio ou é comercializada por atravessadores e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal. A mandioca é prioritariamente consumida pelas famílias e a farinha – beneficiada em casas de farinha artesanais – é consumida ou vendida em feiras. A cana-de-açúcar é utilizada para produção do



Dona Zulmira Rosa de Oliveira em casa de farinha da comunidade

Fonte: ISA - Inventário de Manifestações Culturais. Foto: Anna Maria Andrade/ISA, 2010

melado, da rapadura e da *taiada* (doce feito com melado, farinha de mandioca e gengibre).

A produção de artesanatos é fruto de conhecimento tradicional transmitido entre as gerações. Dona Olinda e Dona Zulmira são as duas artesãs mais velhas da comunidade. Os principais materiais utilizados são a palha da bananeira e do milho, taquara, uvá, bambu, sementes e madeiras em geral, embalagens plásticas e garrafas PET. Há a produção de cestos, apás, colheres, pilões, tapetes, cortinas, bolsas, vestimentas, móveis, entre outros.

O ISA é parceiro dos quilombolas no projeto de repovoamento do palmito-juçara, cujo objetivo é recuperar as áreas de mata com o plantio de sementes dessa espécie. Do ponto de vista ambiental, o projeto é particularmente importante porque a região abriga uma das principais áreas remanescentes de Mata Atlântica do estado de São Paulo, motivo pelo qual muitas unidades de conservação foram implantadas ali, como o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Pentar), a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra do Mar e a área piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).



Dona Olinda Rosa dos Santos faz tapete com embalagens de arroz, feijão e açúcar

Há poucos anos, os quilombolas de Porto Velho passaram a integrar uma rede de apoio mútuo com quilombolas de outras comunidades do Vale do Ribeira, como Bombas, Galvão, Ivaporunduva, Mandira e São Pedro. Intitulado “Quilombos do Ribeira”, o projeto tem o apoio de instituições como o ISA, a Igreja Católica e o Moab, e promove campanhas em favor dos direitos dos quilombolas e da preservação dos recursos naturais da região, com destaque à campanha contrária à construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape e à campanha Cílios do Ribeira, em defesa da restauração das matas ciliares do Vale.

O projeto também se tornou importante canal de comunicação entre os quilombolas e de divulgação de sua causa, contando inclusive com um site com informações sobre as comunidades participantes: <http://www.quilombosdoribeira.org.br/>. No endereço eletrônico, além de dados sobre a história e as características socioculturais dos quilombos do Vale do Ribeira, são disponibilizadas notícias sobre eventos nas comunidades, detalhes sobre as suas atividades produtivas e os desdobramentos jurídicos dos processos dos quilombolas pela reintegração e pela titulação das terras de seus ancestrais.



Oswaldo mostra produção de mel

Esta narrativa foi composta por Gustavo Augusto Fonseca Silva, com base no Relatório Técnico-Científico (RTC) sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo Porto Velho, elaborado em 2003 por Patrícia Scalli dos Santos, com informações adicionais do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola de Porto Velho (RTID), elaborado por Fernando de Oliveira P. da Silva, Mariana Sucupira Gomes e Paulo Roberto David de Araujo, e do site <http://www.quilombosdoribeira.org.br/>. Todas as fotos são do RTC e do RTID e Inventário das Manifestações Culturais do ISA.

Uma palavra da comunidade

Porto Velho

Vivemos no Vale do Ribeira há muitos anos, mas desde a década de 1950 temos sido obrigados a sair de nossas terras. Vivemos momentos em que a entrada de guerrilheiros nas matas do Vale, durante a ditadura militar, ou mesmo anteriormente com a Guerra do Paraguai, significou perseguição de pessoas e também ocupação da região pelos “de fora”. Os que chegavam ao Vale eram acolhidos pelos nossos pais, avós e bisavós. Mas este ato de solidariedade nos custou a perda de muitas áreas de uso coletivo. Antes, não tínhamos conhecimento sobre titulação de terras. Então, ao longo dos anos 2000 criamos nossa Associação e procuramos o Estado. Temíamos, à época, sermos expulsos definitivamente, então era preciso lutar por reconhecimento da nossa cultura e titulação de nossas terras. Para isso, nós nos juntamos com muitas outras comunidades do Vale, como Ivaporunduva, São Pedro, Pilões e Maria Rosa, entre tantas outras que estão na divisa entre São Paulo e Paraná.

Hoje somos 26 comunidades quilombolas reconhecidas pelo Estado, mas há mais grupos em busca desse reconhecimento. **Não é à toa que nossa região é conhecida no país como o Vale da Resistência.** Em nossa comunidade, a reintegração de posse de 30 alqueires, entre 2003 e 2004, foi um dos resultados das mobilizações. Naquela ocasião éramos nove famílias. Reflorestamos 12 alqueires com palmito-juçara e com matas de beira d’água. Atualmente a principal renda de Porto Velho está baseada na agricultura familiar e sobrevivemos também da apicultura. Temos orgulho das nossas organizações coletivas, como a Cooperquivale, que fortalece nossas produções e venda de gêneros da roça. Contudo, nossos trabalhos na terra não têm sido suficientes, pois agora somos 32 famílias repetindo lavoura no mesmo lugar. A terra enfraqueceu e começa a dar pragas, afinal, não usamos adubos químicos e não roçamos perto de áreas de nascentes.

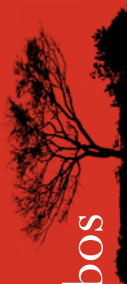
Nosso maior sonho é o mesmo de quase todas as comunidades quilombolas do Brasil: conseguir a titulação de nossas terras. No Vale, apenas Ivaporunduva é titulada. Com as terras em mãos, podemos gerar renda e ampliar os vários projetos que já temos, como a casa de farinha e a casa de mel. Sem terra não tem como aumentar a agricultura nem a apicultura. Percebemos que muitos familiares têm ido embora morar na cidade, pois ainda vivem em terras consideradas de terceiros e não têm como fazer casas ou encanar água.

Entendemos que nosso principal avanço, nos últimos tempos, foi dialogar com o Estado e trabalharmos coletivamente. De modo geral, estamos bem organizados dentro do Vale do Ribeira. Dessa forma, rendemos homenagens a todas as pessoas do Vale que acordaram e compreenderam o sentido da luta quilombola. Em especial, queremos homenagear a Igreja Católica e o Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), que foram os primeiros que nos ajudaram e nos orientaram para diálogos e trabalhos com o Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), um dos nossos principais parceiros, e a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira - SP/PR (Eaacone).



Quilombolas de Porto Velho em reunião para demarcação de seu território tradicional

Este texto foi baseado em depoimento dado por Américo Gonçalves e Osvaldo dos Santos, lideranças quilombolas de Porto Velho, em ligação telefônica para a equipe de consulta (janeiro de 2016).



Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Aline Neves Rodrigues Alves, Isabella G. Miranda, Luciana Costa, Marilene Ribeiro, Suely Virgínia dos Santos
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

S586qp Silva, Gustavo Augusto Fonseca
Quilombo de Porto Velho / Gustavo Fonseca. - Belo Horizonte :
FAFICH, 2016.

16 p.: il. (Terras de quilombos)
Baseado em Relatório técnico de identificação e delimitação do
Quilombo de Porto Velho de Patrícia Scallí dos Santos

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Santos, Patricia Scallí dos. Relatório
técnico de identificação e delimitação do Quilombo de Porto Velho. I. Título.
II. Série.

CDD:306

CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e pre-concepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG



Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais



Ministério do Desenvolvimento Agrário

